

RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.418 - SP (2019/0321584-0)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : NIVALDO FRANCISCO DE CARVALHO
ADVOGADO : VALDIR BERNARDINI - SP132900
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **NIVALDO FRANCISCO DE CARVALHO**, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fls. 376/377):

PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELO AUTOR. ERRO MATERIAL E CONTRADIÇÃO. DECISÃO EMBARGADA APRECIA CONTEÚDO DIVERSO DAQUELE VERSADO NOS AUTOS. RECURSO ACOLHIDO, COM EFEITOS INFRINGENTES. ANULAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. PROLAÇÃO DE NOVA DECISÃO. APELAÇÃO. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE SUSCITADA EM CONTRARRAZÕES. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. TEMPO ANTERIOR À PROVA DOCUMENTAL. NÃO IMPLEMENTAÇÃO DOS REQUISITOS DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELO INSS. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. RE nº 870.947/SE. RECURSO PREJUDICADO.

- 1. De acordo com o art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração possuem função processual específica, que consiste em integrar, retificar ou complementar a decisão embargada.*
- 2. O embargante/autor logrou demonstrar a existência de hipóteses elencadas naquele dispositivo legal. Efeitos infringentes.*
- 3. A decisão recorrida se reporta a pedido não deduzido nos autos (reconhecimento de tempo especial), a documentos diversos daqueles que acompanham a petição inicial e a dados sequenciais não condizentes com os fatos, as causas de pedir e os pleitos dos autos. É devida a anulação da decisão recorrida e a prolação de nova decisão.*
- 4. O artigo 17 da Lei nº 10.910/04 fixou a obrigatoriedade de intimação pessoal dos ocupantes dos cargos da carreira de*

Procurador Federal nos processos em que atuem em razão das atribuições de seus cargos. Assim, a publicação da r. sentença no Diário de Justiça Eletrônico não se presta a deflagrar a contagem do prazo recursal para a autarquia federal. Ausente a intimação pessoal do Procurador Federal acerca da r. sentença, tem-se que o prazo recursal sequer começou a fluir, sendo, portanto, tempestiva a apelação interposta pela autarquia. Afastada a preliminar suscitada em contrarrazões de apelação.

5. São requisitos para a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, de acordo com os arts. 52 e 142 da Lei 8.213/91, a carência e o recolhimento de contribuições, ressaltando-se que o tempo de serviço prestado anteriormente à Emenda Constitucional 20/98 equívale a tempo de contribuição, a teor do seu art. 4º.

6. Deve ser observada a legislação vigente à época da prestação do trabalho para o reconhecimento da natureza da atividade exercida pelo segurado e os meios de sua demonstração.

7. Conjunto probatório suficiente para demonstrar o exercício da atividade rural em regime de economia familiar.

8. É possível a admissão de tempo de serviço rural anterior à prova documental, desde que corroborado por prova testemunhai idônea. REsp n.º 1.348.633/SP, representativo de controvérsia.

9. O autor não cumpriu os requisitos legais, não fazendo jus à aposentadoria por tempo de contribuição, nos termos do art. 201, § 7º, I, da Constituição da República, nem à aposentadoria por tempo de serviço proporcional, nos termos do art. 52 da Lei de Benefícios e nos termos do art. 9º da EC 20/98 (regras de transição).

10. Sucumbência recíproca.

11. Anulada a decisão embargada, restam prejudicados os embargos de declaração opostos pelo INSS.

12. Embargos de declaração do autor acolhidos, com efeitos infringentes, para anular a decisão recorrida e prolatar nova decisão. Preliminar suscitada nas contrarrazões do autor afastada. Apelação do INSS provida em parte. Embargos de declaração do INSS prejudicados.

Aponta o recorrente, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 5º, XXXVI, 7º, 9º e 201, § 2º, da Constituição Federal e 492 do CPC, sustentando a ocorrência de julgamento **extra petita** e de **reformatio in pejus**, na medida em que "o acórdão diverge do pedido exordial ao proferir decisão anulando o julgado anterior e

suprimindo o direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição" (fl. 385).

Aduz que, "equivocadamente, foi dado provimento aos embargos da autora, no sentido de ANULAR a decisão anteriormente proferida, sendo prolatado novo julgamento, no sentido de rejeitar a preliminar de intempestividade da apelação do instituto requerido, com o provimento parcial do apelo com a supressão de direitos ora deferidos, tais como a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição" (fl.385).

Ao final, aduz que, "somando-se os períodos de vinculação à previdência, desde a idade de doze (12) anos, que era legalmente permitido na época, até o ajuizamento da demanda, tanto na atividade rural, como na urbana, o Recorrente perfaz o total de 35 (trinta e cinco) anos, 05 (cinco) meses e 08 (oito) dias, de efetivo trabalho como segurado. Diante da implementação do tempo de serviço, o Recorrente faz jus à aposentadoria por tempo de contribuição" (fl. 391).

Sem contrarrazões.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação não comporta acolhida.

Inicialmente, em recurso especial não cabe invocar violação a norma constitucional, razão pela qual o presente apelo não pode ser conhecido relativamente à apontada ofensa aos arts. 5º, XXXVI, 7º, 9º e 201, § 2º, da Constituição Federal.

No mais, o Tribunal de origem, com base no conjunto probatório dos autos, reformou a sentença concessiva de aposentadoria por tempo de serviço integral, adotando as seguintes razões de decidir (fls. 359/369):

No caso em apreço, ocorreram os vícios aventados pelo autor.

Assim, considerando que a decisão recorrida se reporta a pedido não deduzido nos autos (reconhecimento de tempo especial), a documentos diversos daqueles que acompanham a petição inicial e a dados sequenciais não condizentes com os fatos, as causas de pedir e os pleitos dos autos, anulo a decisão

recorrida e passo a proferir nova decisão, nos termos que seguem:

(...).

Caso concreto - elementos probatórios

De início, ante o teor da apelação do INSS, verifica-se que a controvérsia alcança o reconhecimento do trabalho rural no período de 03/02/72 a 01/05/81 e ao direito ao benefício previdenciário.

Atividade rural

A parte autora, nascida em 03/02/60, trouxe aos autos, para comprovar o exercício de atividade rural:

- Certidão do Registro de Imóveis emitida em 30/09/2009, demonstrando que o pai do autor, qualificado como lavrador, adquiriu a propriedade da Fazenda Água Limpa da Ponte Nova (7,26 ha), também denominada Avanhanda ou Chácara São José, situada em Nhandara, Estado de São Paulo, conforme Escritura Pública datada de 03/06/1969 (fl. 46);*
- Notas Fiscais de Entrada emitidas em nome do pai do autor, datadas de 23/03/72 (Anderson Clayton S/A; algodão em caroço; consta qualificação do pai do autor como lavrador - fl. 22) e 31/05/73 (Sociedade Algodoeira Rio Preto S/A - fl. 23), ambos com menção à Fazenda Água Limpa da Ponte Nova;*
- Título Eleitoral emitido em 14/07/78, em que o autor está qualificado como lavrador;*
- Certificado de Cadastro no INCRA e Recolhimento do ITR em nome do pai do autor, relativos aos Exercícios de 1978 e 1980. Cujo enquadramento sindical consta na categoria de trabalhador rural, bem como aos Exercícios de 1984 a 1996, cujo enquadramento sindical consta, ora na categoria de trabalhador rural, ora na de trabalhador, sendo que, em todos os documentos, houve menção expressa à Fazenda Água Limpa da Ponte Nova e/ou à Chácara São José (com 7,2 ha, equivalente a 0,20 módulos fiscais) e à ausência de empregados/assalariados (fls. 22/23 e 26/40).*

O registro do Formal de Partilha expedido em 30/04/93, em relação à Fazenda Água Limpa da Ponte Nova ou Avanhanda, situada em Nhandara, Estado de São Paulo, em que o autor está qualificado como lavrador, não serve de início de prova material quanto ao exercício do labor rural, porquanto a data de expedição do documento é posterior ao período de labor rural que se deseja provar nestes autos (fl. 45). Entretanto, comprova que a partilha decorrente do falecimento

da mãe do autor (ocorrido em 28/12/92) resultou na divisão do imóvel rural em quinhões em favor do pai do autor, bem como do autor e seus seis irmãos, permitindo concluir que, no período de 03/02/72 a 01/05/81, o imóvel rural permaneceu na titularidade da família, sendo utilizado para atividades rurais, o que é corroborado pelos documentos fiscais já mencionados acima (fls. 22/23, 26/40 e 46).

Observo que a certidão de casamento dos pais da autora, celebrado em 04/1952, não deve ser tomada como início de prova material, porque, à época de sua celebração, o autor sequer tinha nascido (fl. 21).

Já o histórico escolar do autor (anos 1979 a 1980 - fl. 21), o seguro de veículo em nome do pai do autor (datado de 04/07/80 - fl. 24) e o laudo médico emitido por um hospital em nome da mãe do autor (datado de 10/10/92 - fl. 25) não servem como início de prova material do labor rural do autor. Tais documentos apenas demonstram que eles residiam, à época, na Chácara São José, Nhandeara/SP.

A declaração de exercício de atividade rural emitida pelo Sindicato de dos Trabalhadores Rurais de Votuporanga em 06/11/09 (fls. 41) também não configura início de prova material, pois em desacordo com o disposto no artigo 106, III, da Lei nº 8.213/91, que em sua redação original exigia, para sua validade, homologação pelo Ministério Público e, após a alteração legislativa em 2008, passou a exigir homologação do INSS.

Com relação às declarações de terceiros, as quais contêm afirmações sobre o labor rural do autor no período postulado, pondero que não possuem valor probante, visto que não foram produzidas contemporaneamente ao período que se deseja provar, sendo datadas do ano de 2009 (fls. 42/43).

As testemunhas afirmaram que conhecem o autor há, aproximadamente, 30, 35 ou 40 anos, sendo que uma delas era vizinha da propriedade. Afirmaram que o autor começou a trabalhar na propriedade rural de seus pais ainda criança, ajudando-os na lavoura juntamente com seus irmãos (tinha de 5 a 7 irmãos) e permanecendo neste labor até os 18 anos, quando foi para São Paulo. Afirmaram, ainda, que a família não contava com a ajuda de empregados.

(...).

Nesse contexto, os fatos narrados pelo autor, o início de prova material produzido, os depoimentos das testemunhas - que se revelam congruentes -, formam um conjunto probatório apto a comprovar o desempenho da atividade rural em regime de economia familiar, observado o limite de idade vigente para o

exercício do trabalho.

Desta forma, deve ser reconhecido o trabalho rural desenvolvido pelo autor em regime de economia familiar no período de 03/02/72 a 01/05/81, exceto para efeito de carência.

Vale ressaltar que, em sentença, o juízo de origem concluiu que o autor preencheu 35 anos, 03 meses e 23 dias de tempo de serviço/contribuição e determinou a concessão da aposentadoria por tempo de serviço integral a partir da citação. Nesse passo, considerando a regra de que a citação deve ser pessoal (artigo 143, inciso I, e 215 do CPC/73 c/c artigo 17 da Lei nº 10.910/04), tem-se que a citação ocorreu em 08/06/11 (fl. 139), data em que o Procurador do INSS tomou ciência do despacho de "cite-se". Ademais, em apelação, o INSS requereu, subsidiariamente, que eventual condenação à concessão do benefício tenha por termo inicial a data da citação.

Nesse contexto, considerando o tempo de serviço rural reconhecido nos autos, bem como o tempo comum reconhecido pelo INSS em âmbito administrativo (contagem de fls. 195/196; extrato do CNIS em anexo; registros em CTPS), verifica-se que, na data do ajuizamento da ação e na data do requerimento administrativo, a parte autora não havia preenchido os 35 anos de tempo de contribuição exigidos para a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, nos termos do art. 201, § 7º, I, da Constituição da República (planilha em anexo).

Acrescente-se que, em 15/12/98, data de promulgação da EC 20/98, a parte autora não havia preenchido o tempo de serviço mínimo de 30 anos, necessário à concessão da aposentadoria proporcional por tempo de serviço, nos termos do art. 52 e 53 da Lei de Benefícios (planilha em anexo). Ademais, na data do ajuizamento da ação e na data do requerimento administrativo, não havia comprovado os requisitos necessários à concessão da aposentadoria proporcional por tempo de serviço, de acordo com as regras de transição previstas na EC nº 20/98, vez que, embora tenha cumprido o pedágio, não contava com a idade mínima de 53 anos (planilha em anexo).

Assim, a sentença deve ser reformada no tocante ao reconhecimento do direito ao benefício previdenciário, restando mantido o reconhecimento do trabalho rural desenvolvido em regime de economia familiar no período de 03/02/72 a 01/05/81, exceto para efeito de carência.

Frise-se que, ante a constatação de que o autor permaneceu trabalhando após a data da propositura da ação (extrato do Sistema CNIS em anexo), nada obsta a formulação de novo requerimento administrativo junto ao INSS, pugnando pela

Superior Tribunal de Justiça

concessão do benefício previdenciário.

Ao que se observa da leitura acima, em nenhum momento, o Tribunal de origem emitiu qualquer juízo de valor quanto à alegação de julgado **extra petita**, ou **reformatio in pejus**, tampouco foram opostos novos embargos declaratórios para suprir eventual omissão. Portanto, à falta do necessário prequestionamento, incide o óbice da Súmula 282/STF.

Ainda que não fosse assim, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, no que tange à verificação do preenchimento dos requisitos necessários à concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator